REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES CURRICULARES PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E A PREVENÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

FINANCIAL EDUCATION IN HIGH SCHOOL: CURRICULAR CONTRIBUTIONS TO FINANCIAL PLANNING AND DEBT PREVENTION

Ciências Sociais Aplicadas • 15/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794570118

Neuza Beatriz da Silva Lima[1]

Rayssa Emilly Lima de Arruda[2]

Girsivania Teixeira dos Prazeres[3]

RESUMO

A presença de decisões financeiras no cotidiano dos adolescentes torna relevante discutir o papel da escola na formação para o consumo e o planejamento. Este artigo analisa de que maneira a educação financeira, abordada no currículo do Ensino Médio, pode favorecer o letramento financeiro e a avaliação crítica de situações relacionadas ao crédito e ao endividamento. Trata-se de estudo qualitativo, bibliográfico e documental, organizado como revisão narrativa de pesquisas e documentos educacionais e normativos, com apoio nos resultados do PISA 2022. A análise considera três dimensões: orientações curriculares, condições para o trabalho pedagógico e possibilidades de aplicação dos conhecimentos na vida cotidiana. A literatura examinada aponta que atividades contextualizadas, interdisciplinares e continuadas podem ampliar a compreensão de orçamento, taxas de juros, contratos e publicidade. Identifica-se, porém, que a inserção curricular não garante a implementação do tema, sobretudo diante de limitações de formação docente e planejamento institucional. Conclui-se que a educação financeira constitui uma contribuição formativa importante, mas não pode ser tratada como solução isolada para o endividamento, fenômeno também relacionado à renda e às desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação financeira; Ensino Médio; Letramento financeiro; Currículo; Endividamento.

ABSTRACT

Financial decisions are increasingly present in adolescents' daily lives, making it relevant to examine the role of schools in education for consumption and financial planning. This article analyzes how financial education within the high school curriculum may foster financial literacy and the critical assessment of situations involving

credit and indebtedness. It is a qualitative bibliographic and documentary study, conducted as a narrative review of research and educational and regulatory documents, supported by PISA 2022 findings. The analysis addresses three dimensions: curricular guidelines, conditions for pedagogical practice, and opportunities to apply financial knowledge to everyday life. The literature indicates that contextualized, interdisciplinary, and sustained activities can strengthen students' understanding of budgeting, interest rates, contracts, and advertising. However, curricular inclusion alone does not ensure implementation, especially where teacher preparation and institutional planning are insufficient. The article concludes that financial education is an important element of students' development, but it should not be regarded as a stand-alone answer to indebtedness, which is also shaped by income and social inequalities.
Keywords: Financial education; High school; Financial literacy; Curriculum; Indebtedness.

1. INTRODUÇÃO

A digitalização de pagamentos, a oferta imediata de crédito e as compras realizadas por plataformas virtuais ampliaram os contextos em que jovens precisam interpretar preços, prazos e condições de contratação. Antes mesmo de assumirem autonomia econômica, estudantes convivem com publicidade direcionada, parcelamentos e escolhas de consumo que exigem mais do que operações aritméticas. Nesse cenário, a educação financeira escolar pode contribuir para compreender relações entre necessidade, desejo, renda, risco e responsabilidade nas decisões cotidianas (OCDE, 2024).

No âmbito da educação básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) permite abordar questões financeiras em diferentes componentes curriculares. O Caderno Economia, integrante da série de Temas Contemporâneos Transversais, apresenta possibilidades de articular educação financeira, educação fiscal e trabalho às práticas escolares. Paralelamente, o Decreto nº 10.393, de 2020, instituiu nova configuração da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Esses instrumentos indicam o reconhecimento público do tema, embora não assegurem, por si mesmos, aulas regulares ou uma disciplina específica em toda a rede escolar (Brasil, 2018; Brasil, 2020; Brasil, 2022).

Os resultados internacionais de avaliação evidenciam a complexidade da questão. Na dimensão de letramento financeiro do PISA 2022, o Brasil alcançou 416 pontos, e aproximadamente 45% dos estudantes avaliados ficaram abaixo do nível básico de proficiência. O indicador descreve dificuldades na interpretação de situações financeiras, mas não identifica uma causa única para o desempenho nem autoriza atribuí-lo diretamente à organização de determinada disciplina (OCDE, 2024).

Pesquisas sobre educação financeira escolar ressaltam a necessidade de transformar orientações gerais em propostas didáticas consistentes. Melo e Pessoa (2023) assinalam avanços na presença curricular do tema, enquanto Sousa, Lobão e Freitas (2022) discutem uma construção interdisciplinar apoiada em situações significativas para os estudantes. Em contrapartida, investigações com professores apontam descontinuidades e diferenças nas estratégias efetivamente empregadas pelas instituições de ensino (Matos; Rangel; Cruz, 2024).

Diante dessas considerações, o problema que orienta o estudo é: de que maneira a educação financeira no currículo do Ensino Médio pode favorecer o planejamento e o consumo consciente dos estudantes, e quais são os limites dessa contribuição quando relacionada à prevenção do endividamento? O objetivo geral consiste em analisar as potencialidades e os desafios da educação financeira escolar para o desenvolvimento do letramento financeiro. Especificamente, pretende-se examinar os fundamentos curriculares da temática, discutir as condições pedagógicas de sua implementação e interpretar as relações possíveis entre aprendizagem, escolhas de consumo e prevenção de comportamentos financeiros de risco.

A relevância da discussão decorre da necessidade de tratar a educação financeira como direito à formação crítica, e não como simples recomendação para economizar dinheiro. Conhecer o funcionamento dos juros ou a estrutura de um orçamento não elimina dificuldades produzidas por renda insuficiente, desemprego e condições sociais desiguais. Por essa razão, o trabalho delimita as contribuições educativas possíveis sem confundir aprendizagem escolar com comprovação de redução de dívidas familiares.

O artigo está estruturado em fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussão e conclusão. A análise privilegia a articulação entre documentos curriculares, publicações acadêmicas e indicadores de proficiência, mantendo a distinção entre os conhecimentos que a escola pode ensinar e os efeitos econômicos que somente estudos específicos poderiam demonstrar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Educação Financeira e Letramento Financeiro no Contexto Escolar

A educação financeira compreende processos de aprendizagem relacionados à interpretação de informações e à tomada de decisões sobre recursos, gastos, crédito e proteção diante de riscos. O letramento financeiro, por sua vez, evidencia a capacidade de utilizar conhecimentos e atitudes em situações reais, considerando o ambiente social no qual as escolhas são feitas. Essa distinção impede que a aprendizagem seja reduzida à memorização de fórmulas matemáticas ou a orientações genéricas sobre poupar (OCDE, 2024).

No Ensino Médio, o tema pode dialogar com a Matemática por meio da análise de juros, percentuais e variações de preços, mas também depende de Linguagens e Ciências Humanas para examinar estratégias de publicidade, práticas de consumo e desigualdades. Sousa, Lobão e Freitas (2022) apresentam uma perspectiva transversal baseada em temas geradores, na qual questões presentes na experiência dos estudantes organizam a reflexão e favorecem a integração dos saberes.

O debate curricular também exige diferenciar previsão normativa e concretização pedagógica. Melo e Pessoa (2023) identificam mudanças na forma como a educação financeira aparece em documentos educacionais, mas apontam a importância de avançar na organização dos currículos e na produção de materiais. Assim, a mera menção a conteúdos financeiros não permite concluir que os alunos recebam oportunidades equivalentes para desenvolver competências.

2.2. Políticas Públicas, Currículo e Responsabilidade Educacional

A BNCC estabelece orientações para o desenvolvimento de competências ao longo da educação básica. Como material de apoio à sua implementação, o Caderno Economia organiza conexões com educação financeira, educação fiscal e trabalho, oferecendo possibilidades de abordagem contextualizada. O caráter transversal amplia as oportunidades de estudo, mas também demanda definição de objetivos de aprendizagem e distribuição de responsabilidades entre áreas e professores (Brasil, 2018; Brasil, 2022).

Além do currículo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, reorganizada pelo Decreto nº 10.393/2020, situa a formação financeira no âmbito de uma política pública de alcance mais amplo. Sua existência, entretanto, não substitui planejamento pedagógico, materiais adequados, avaliação da aprendizagem e oportunidades de formação continuada. O desafio consiste em converter diretrizes em práticas acessíveis às diferentes realidades escolares (Brasil, 2020; Sousa; Lobão; Freitas, 2023).

Quando o tema envolve crédito e endividamento, a dimensão cidadã da aprendizagem precisa contemplar direitos do consumidor e compreensão de contratos. A Lei nº 14.181/2021, que aperfeiçoou dispositivos relativos à prevenção e ao tratamento do superendividamento, reforça a relevância social de conhecer condições de contratação e riscos financeiros. Na escola, tal conhecimento pode ser trabalhado com situações simuladas, sem solicitar dados reais das finanças familiares (Brasil, 2021).

3. METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade exploratório-descritiva. A organização do material corresponde a uma revisão narrativa, adequada ao exame de interpretações, diretrizes curriculares e argumentos presentes em publicações de diferentes delineamentos. Não se trata de revisão sistemática, meta-análise ou pesquisa de campo; por isso, não são apresentados dados primários nem estimativas próprias dos efeitos de programas educacionais.

Constituem o conjunto documental analisado a BNCC, o Caderno Economia, o Decreto nº 10.393/2020 e a legislação relacionada à proteção do consumidor, além da ficha brasileira do PISA 2022. A discussão acadêmica apoia-se nos estudos identificados no artigo de origem, entre eles pesquisas sobre transversalidade curricular, percepções docentes, ensino de educação financeira e consumo. Priorizam-se contribuições de 2022 a 2026, mantendo-se Bruhn et al. (2016) em razão de seu delineamento de avaliação empírica, distinto das demais fontes.

Como procedimento analítico, os conteúdos foram agrupados em três eixos interpretativos: (a) fundamentos curriculares e conceituais; (b) desafios de implementação e possibilidades didáticas; e (c) conexões entre letramento financeiro, consumo e endividamento. Em cada eixo, distinguem-se prescrições legais, resultados de pesquisa, propostas pedagógicas e inferências das autoras. Essa separação é necessária porque documentos normativos, estudos de percepção e avaliações de impacto respondem a perguntas diferentes.

O material de pesquisa disponibilizado não contém registros completos das buscas originalmente realizadas, como datas, bases

consultadas, expressões de pesquisa ou quantitativos de estudos recuperados e excluídos. Esses procedimentos não foram reconstruídos artificialmente. A seleção, portanto, deve ser compreendida como não exaustiva, o que restringe generalizações e exige interpretar as conclusões dentro do conjunto de fontes efetivamente examinado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Inserção Curricular e Desenvolvimento de Competências Financeiras

A análise dos documentos curriculares permite observar que a educação financeira encontra espaço para dialogar com diferentes áreas do Ensino Médio. A BNCC e o Caderno Economia favorecem atividades que envolvem cálculo, argumentação e reflexão crítica, mas essa orientação precisa ser traduzida em objetivos concretos, sequências didáticas e formas de acompanhamento. A existência de previsão documental não equivale a comprovação de prática escolar consolidada (Brasil, 2018; Brasil, 2022).

O estudo de Melo e Pessoa (2023) contribui para compreender essa diferença ao analisar mudanças na presença da temática em orientações curriculares. Embora reconheçam avanços, os autores indicam a necessidade de desdobramentos nos currículos e nos recursos didáticos. Em diálogo, Sousa, Lobão e Freitas (2022) mostram que a articulação por temas geradores pode aproximar conceitos financeiros das experiências dos estudantes, evitando fragmentação entre disciplinas.

A relevância dessa abordagem fica mais clara quando confrontada com o PISA 2022. Na avaliação de letramento financeiro, a média

brasileira de 416 pontos e o percentual de 45% abaixo do patamar básico descrevem um contingente expressivo de estudantes com dificuldade para mobilizar conhecimentos em situações financeiras. O dado não permite, entretanto, medir a eficácia de uma política curricular específica nem afirmar que uma disciplina autônoma resolveria o problema (OCDE, 2024).

Por conseguinte, uma educação financeira de orientação crítica não se limita a resolver exercícios de juros simples ou compostos. Uma proposta consistente pode solicitar que os estudantes comparem preços à vista e parcelados, identifiquem taxas embutidas, avaliem publicidade e discutam como as condições de renda interferem nas possibilidades de escolha. A aprendizagem torna-se mais significativa quando a resposta numérica vem acompanhada de justificativa argumentativa e análise do contexto social.

4.2. Formação Docente, Interdisciplinaridade e Continuidade das Práticas

Os resultados das pesquisas com educadores indicam que a implementação curricular é condicionada pelas possibilidades concretas de atuação docente. Sousa, Lobão e Freitas (2023), em investigação no ensino profissional e tecnológico, identificaram obstáculos à transversalidade da educação financeira no contexto examinado. A contribuição dessa análise não é representar todas as redes de ensino, mas evidenciar a distância que pode existir entre as orientações oficiais e a rotina escolar.

Em estudo com professores de Matemática, Matos, Rangel e Cruz (2024) verificaram diferenças no tratamento dado ao tema e apontaram sua dependência das escolhas dos docentes

participantes. Como a investigação se restringe a um recorte de professores, seus achados não devem ser generalizados para o território nacional. Mesmo assim, reforçam a necessidade de apoio institucional, tempo para planejamento coletivo e materiais apropriados.

A formação pedagógica precisa combinar familiaridade com conceitos financeiros e capacidade de conduzir debates que respeitem a diversidade socioeconômica. Ao discutir orçamento doméstico, por exemplo, é inadequado pressupor que todas as famílias disponham de renda excedente para poupança ou investimento. A abordagem contextualizada deve examinar a diferença entre decisões individuais e restrições estruturais, evitando reduzir a educação financeira a juízos morais sobre hábitos de consumo (Sousa; Lobão; Freitas, 2022).

Como possibilidade didática derivada da literatura, propõe-se uma sequência de aprendizagem construída a partir de uma situação fictícia: primeiro, os estudantes organizam receitas e despesas de um orçamento hipotético; depois, calculam o custo total de diferentes formas de pagamento; por fim, analisam uma oferta publicitária e justificam a alternativa escolhida. Os critérios de avaliação podem contemplar a precisão dos cálculos, a comparação de riscos e a coerência dos argumentos. Essa proposta é apenas um encaminhamento pedagógico, não uma intervenção testada neste estudo.

O emprego de planilhas, simuladores e aplicativos pode enriquecer as atividades, desde que existam alternativas impressas para situações de acesso tecnológico limitado. Também é recomendável preservar a privacidade dos adolescentes, evitando a coleta de

comprovantes de renda ou informações sobre dívidas de suas famílias. A continuidade das ações ao longo do currículo tende a oferecer condições de aprendizagem mais consistentes que encontros isolados sem objetivos e avaliação definidos.

4.3. Consumo Consciente, Crédito e Limites da Prevenção do Endividamento

O letramento financeiro pode apoiar a leitura de contratos, a identificação do custo do crédito e a comparação entre necessidades e desejos de consumo. No entanto, é fundamental diferenciar endividamento, que se refere à existência de obrigações financeiras, de inadimplência, caracterizada pelo descumprimento do pagamento acordado. Uma dívida pode corresponder a uma decisão planejada, enquanto o comprometimento excessivo da renda envolve condições sociais e contratuais que exigem análise mais ampla (Brasil, 2021).

Holanda (2025) e Sulato (2025) discutem a necessidade de fortalecer a educação financeira no Ensino Médio e sua possível relação com decisões de crédito. Oliveira et al. (2026), em estudo de revisão bibliográfica voltado às famílias brasileiras, enfatizam a importância do planejamento e do consumo responsável. Essas contribuições ajudam a formular argumentos educacionais, mas não demonstram que a inclusão curricular produza, automaticamente, diminuição mensurável da inadimplência familiar.

A distinção entre conhecimento e resultado econômico é particularmente importante em contextos de vulnerabilidade. Mesmo quando uma pessoa entende juros e riscos de contratação, pode necessitar de crédito para suprir despesas essenciais. Por isso,

a formação financeira deve fortalecer a capacidade de compreender alternativas e reconhecer práticas abusivas sem atribuir a famílias e indivíduos a responsabilidade exclusiva por problemas relacionados à desigualdade ou à insuficiência de renda.

A avaliação conduzida por Bruhn et al. (2016), em escolas brasileiras, constitui evidência empírica relevante porque utilizou um desenho de avaliação de impacto. O estudo encontrou ganhos na proficiência financeira e efeitos comportamentais mistos, incluindo avanços em planejamento e poupança, mas também aumento de uso de crédito caro em determinadas compras. Esse conjunto de achados mostra por que os efeitos de intervenções não devem ser presumidos unicamente a partir da presença de conteúdos nas aulas.

O ambiente digital acrescenta temas ao debate: anúncios personalizados, pagamentos instantâneos, compras parceladas, golpes e exposição de dados. A escola pode propor análise crítica de ofertas e contratos simulados, sem supor que todos os estudantes possuem conta bancária ou experiência com investimento. Tais atividades dialogam com a formação para a cidadania e com a proteção do consumidor, mas sua efetividade precisa ser avaliada por instrumentos apropriados (Brasil, 2021; OCDE, 2024).

Assim, a contribuição mais bem sustentada pela revisão consiste no desenvolvimento de competências de interpretação, comparação e argumentação diante de decisões financeiras. Prevenir escolhas de alto risco é um objetivo pedagógico plausível; afirmar redução efetiva das dívidas familiares requer pesquisas longitudinais ou avaliações que considerem renda, contexto social e outros fatores associados ao endividamento.

5. CONCLUSÃO

A revisão indica que a educação financeira pode ampliar as oportunidades de aprendizagem no Ensino Médio ao integrar compreensão matemática, leitura crítica do consumo e interpretação de situações de crédito. A principal contribuição curricular não é prometer resultados econômicos imediatos, mas oferecer conhecimentos que permitam aos estudantes fundamentar escolhas e reconhecer riscos em contextos cotidianos.

O exame dos documentos e pesquisas também demonstra que a presença do tema em orientações oficiais não garante sua realização contínua. Para que a proposta se concretize, tornam-se necessários formação docente, planejamento interdisciplinar, materiais acessíveis e estratégias de avaliação que ultrapassem exercícios exclusivamente numéricos.

Quanto à questão de pesquisa, conclui-se que a educação financeira tem potencial para favorecer planejamento e decisões de consumo mais conscientes; sua relação com a prevenção do endividamento é, contudo, indireta e condicionada por fatores que extrapolam a escola. Desse modo, o objetivo da análise é alcançado no âmbito interpretativo da literatura, sem afirmar efeitos causais não demonstrados.

Como limitação, destaca-se o caráter narrativo e não exaustivo do levantamento documental, além da ausência de pesquisa de campo. Recomenda-se que estudos posteriores investiguem sequências didáticas em diferentes escolas, comparem indicadores de aprendizagem e acompanhem mudanças de comportamento com atenção às desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021.** Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno economia:** educação financeira, educação fiscal, trabalho. Brasília, DF: MEC, 2022. (Série Temas Contemporâneos Transversais). Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRUHN, Miriam; LEÃO, Luciana de Souza; LEGOVINI, Arianna; MARCHETTI, Rogelio; ZIA, Bilal. The impact of high school financial education: evidence from a large-scale evaluation in Brazil. **American Economic Journal: Applied Economics,** v. 8, n. 4, p. 256–

295, out. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1257/app.20150149. Acesso em: 9 nov. 2026.

HOLANDA, Paulo César Victor. **A necessidade da implantação da educação financeira no currículo obrigatório do ensino médio.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2025. Disponível em: https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1869. Acesso em: 9 nov. 2026.

MATOS, Iraci; RANGEL, Fernanda Cavalcante; CRUZ, Felipe. Educação financeira nas escolas: percepções dos professores de Matemática sobre seu impacto no endividamento das famílias. **Revista Educação Pública,** v. 3, n. 4, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18264/repdcec.v3i4.152. Acesso em: 9 nov. 2026.

MELO, Danilo Pontual de; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Educação financeira escolar na Base Nacional Comum Curricular, o que mudou em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais? **Μαθηματικά: epistemologia e educação,** v. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2965-1794.2023.255009. Acesso em: 9 nov. 2026.

OCDE. **PISA 2022 results (volume IV): factsheets: Brazil.** Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv-factsheets_34d60137-en/brazil_1c815ef9-en.html. Acesso em: 9 nov. 2026.

OLIVEIRA, Hellen Marcondes Rodrigues de; SOUZA, Maryanna Aparecida Lifoncio de; AMORIM, Dênia Aparecida de; BRAZ, Douglas

Dias; COSTA, Simone Teles da Silva. Impacto da educação financeira no comportamento econômico das famílias brasileiras. **Revista GeTeC,** v. 28, 2026. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/4191. Acesso em: 9 nov. 2026.

SOUSA, Richarles de Araújo; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; FREITAS, Renata Gomes de Abreu. Educação financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 49, e251296, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251296. Acesso em: 9 nov. 2026.

SOUSA, Richarles de Araújo; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; FREITAS, Renata Gomes de Abreu. Educação financeira no Ensino Médio integrado: construindo um currículo transversal com base em temas geradores. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 38, e35746, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698368535746. Acesso em: 9 nov. 2026.

SULATO, Eduardo Marques. **A educação financeira nas escolas do Ensino Médio do Brasil:** estratégias para a redução da inadimplência da população. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/44601. Acesso em: 9 nov. 2026.

---

[1] Graduanda em Administração, Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), São Luís, Maranhão, Brasil.

[2] Graduanda em Administração, Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), São Luís, Maranhão, Brasil.

[3] Orientadora. Graduanda em Administração, Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), São Luís, Maranhão, Brasil.